

# Sumário

## **DOCTRINA**

O ônus da prova do réu em comprovar a origem lícita do bem no crime de receptação e seu conflito com os princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação

<b>Elaine Cristina Pereira</b> .....	9
Introdução .....	9
1    Ônus da prova no direito processual penal brasileiro .....	10
2    Ônus da prova e os princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação.....	12
3    O crime de receptação e seu sujeito ativo.....	20
4    Ônus da prova no crime de receptação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	22
Conclusão .....	28
Referências .....	29

Crise no Sistema de Justiça Penal e a ineficácia dos sistemas processuais penais tradicionais

<b>Pedro Henrique Demercian, Fábio Ianni Goldfinger</b> .....	31
1    Os sistemas processuais: modelos estruturais do processo penal.....	31
2    A distinção dos sistemas processuais e seus princípios informadores .....	36
3    Sistema processual brasileiro em debate.....	42
4    O modelo constitucional do processo penal brasileiro .....	47
Conclusão .....	50
Referências .....	52

Vida e morte na periferia: a política de genocídio da população preta na Grande Vitória

<b>Isabelly da Silva Nunes, Marco Aurélio Borges Costa</b> .....	57
1    Introdução .....	57
2    A história que a história não conta: escravização, libertação e vida pós-Lei Áurea sob lentes pretas.....	59
3    De criança a “de menor”: vulnerabilidade social, estigma e estratégica criminalização da adolescência .....	67
4    O cárcere é preto, jovem e traficante: o critério objetivo do art. 33 da Lei nº 11.343/06 é o racismo .....	71
5    Considerações finais .....	79
Referências .....	82

O reconhecimento pelo STF do colapso do sistema penitenciário através da adoção do estado de coisas inconstitucional

<b>Ivana Gisele Maia Araujo, Ana Paula Campos de Farias, Benita Baptista Dionizio Guimarães</b> .....	85
Introdução .....	85
1    A declaração do estado de coisas inconstitucionais pelo STF .....	86

2	O estabelecimento das audiências de custódia no sistema penitenciário brasileiro e as garantias asseguradas ao acusado.....	88
3	Considerações finais.....	93
	Referências.....	96

## O psicopata James Fallon e a questão da periculosidade do Código Penal

<b>Kayan Fernandes Assis, Rodrigo Silva Barreto</b> .....	99	
1	Introdução.....	99
2	Definição de psicopatia.....	100
3	A mente do psicopata James Fallon.....	102
3.1	As entranhas cerebrais do psicopata.....	103
3.2	Outros fatores influenciadores da psicopatia.....	105
4	Conceito de periculosidade.....	107
4.1	Existe uma linha tênue entre a periculosidade e a psicopatia?.....	108
4.2	O homem consciente x doente mental: medo de quem?.....	109
5	Relação do caso de James Fallon com a periculosidade penal.....	111
6	Considerações finais.....	114
7	Referências.....	116

## A teoria do *labeling approach* e seus reflexos no reconhecimento de pessoas no processo penal

<b>Louise de Deus Silva, Edimar Edson Mendes Rodrigues</b> .....	119	
1	Introdução.....	119
2	O reconhecimento de pessoas como instrumento probatório no processo penal brasileiro e suas técnicas procedimentais.....	121
3	Teoria do etiquetamento social ( <i>labeling approach</i> ).....	126
4	Discussão.....	132
5	Conclusão.....	138
	Referências.....	139

## O suicídio na Polícia Militar no estado de São Paulo: análise e compreensão da sua incidência

<b>Luiz Sérgio Mussolini Filho, Andreza Marques de Castro Leão</b> .....	141	
	Introdução.....	141
	Desenvolvimento.....	143
	Considerações finais.....	155
	Referências.....	157

## A natureza jurídica da qualificadora do feminicídio

<b>Nathália Lucas Galvão, Arthur Braga de Souza</b> .....	159	
	Introdução.....	159
1	Do conceito da violência contra a mulher.....	160
1.1	Contexto histórico do tratamento penal em relação às mulheres.....	161
1.2	Lei Maria da Penha.....	163
2	A qualificadora do feminicídio no crime de homicídio.....	164
2.1	Diferença das qualificadoras e agravantes.....	165
2.2	Diferença das qualificadoras e causas de aumento de pena.....	165
2.3	As qualificadoras como natureza jurídica subjetiva e objetiva.....	166
2.4	Consequência da circunstância qualificadora considerada como objetiva e subjetiva.....	167

3	Circunstâncias da qualificadora do crime de feminicídio .....	169
3.1	Entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a natureza da qualificadora do feminicídio.....	172
	Considerações finais .....	174
	Referências .....	175

### A causa extintiva da punibilidade pelo pagamento do tributo nos crimes tributários sob a ótica do princípio da igualdade

<b>Pedro Henrique Paoliello</b> .....	179	
1	Introdução .....	179
2	Do princípio da igualdade.....	180
2.1	Do conceito de igualdade e seu conteúdo no ordenamento jurídico brasileiro.....	180
2.2	Da cogência do princípio enquanto norma – sujeitos vinculados.....	183
2.3	Da igualdade material – discriminações permitidas e vedadas ao legislador .....	184
2.4	Princípio da igualdade no direito penal .....	186
3	Do pagamento do tributo enquanto causa extintiva da punibilidade nos crimes tributários .....	187
3.1	Disposição normativa e considerações iniciais .....	187
3.2	Da natureza jurídica da causa extintiva de punibilidade pelo pagamento do tributo .	191
3.3	Da reparação do dano no direito penal.....	192
3.3.1	Introdução – delitos compatíveis com a reparação do dano .....	192
3.3.2	Reparação do dano e arrependimento posterior – efeitos .....	193
3.4	Da discriminação legal pelo pagamento do tributo enquanto causa extintiva .....	196
3.4.1	Razões do legislador .....	196
3.4.2	Discriminação permitida ou arbitrária? .....	198
4	Conclusão .....	201
	Referências .....	202

### Justiça Restaurativa: a autocomposição como alternativa à resolução dos conflitos na esfera penal

<b>Tiago Luiz Trucollo, Lucas Pichetti Trento</b> .....	207	
	Introdução .....	207
1	Política nacional de Justiça Restaurativa .....	209
1.1	Origem da Justiça Restaurativa em matéria criminal .....	209
1.2	Princípios norteadores da Justiça Restaurativa no âmbito penal.....	210
1.2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	210
1.2.2	Princípio da intervenção mínima .....	211
1.2.3	Princípio da proporcionalidade .....	212
1.2.4	Princípio do devido processo legal .....	212
1.2.5	Princípio do contraditório e ampla defesa.....	213
2	Justiça Restaurativa na esfera penal .....	214
2.1	Características do método restaurativo .....	214
2.2	Justiça Restaurativa X Justiça Retributiva.....	217
2.3	Aplicabilidade .....	218
2.4	Autocomposição .....	220
2.5	Terceiro facilitador .....	221
2.6	Delitos abrangidos pela Justiça Restaurativa.....	222
2.7	Indisponibilidade e reserva de jurisdição .....	223
2.8	Efeitos materiais e formais .....	224
3	Justiça Restaurativa: a autocomposição como alternativa à resolução dos conflitos na esfera penal .....	225

3.1	Projetos de aplicação da Justiça Restaurativa na esfera penal.....	225
4	Conclusão .....	226
	Referências .....	228
	Instruções para os autores.....	231